

Quem lê tanta notícia? Pornografia e libertinagem nas bancas de revista durante a ditadura militar: o caso Grafipar Edições¹

José Carlos Fernandes²
André Luiz Justus Czovny³
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Resumo

Distribuidores de jornais e revistas e donos de bancas de revista são atores rastreáveis no ecossistema de circulação de informação, mas não são decodificados com facilidade. Presos a camadas mais operacionais dos processos de leitura, tendem a ocupar entrelinhas e rodapés, no papel de figuras ingênuas, mesmo que suas ações sejam de caráter político e cultural. Em se tratando da censura à imprensa alternativa e à imprensa erótica – ambas polarizadoras no período da ditadura militar no Brasil – o *modus operandi* desses profissionais tende a ser revelador. Permite saber do enfrentamento ao aparato da repressão e quem eram os leitores que fizeram da pornografia um atalho para o conhecimento e para a resistência ao regime. Estuda-se aqui, em especial, a distribuição e circulação das revistas da Grafipar, fenômeno editorial dos anos 1970.

Palavra-chave: História do Jornalismo; Jornalismo e erotismo; Ditadura Militar no Brasil; Grafipar Edições; Bancas de revista.

Introdução

As distribuidoras de revistas e jornais e as bancas ocupam um espaço marginal nos estudos de recepção e na sociologia da cultura, quadro que se repete na historiografia da resistência à civil-ditadura militar (Kathib, 2018). Dentre as fontes seminais para essa garimpagem está a obra de Robert Darnton (1992). Ao reconstituir a circulação de livros eróticos (Sade, La Mettrie, Diderot e demais libertinos) na Europa do século XVIII, o historiador classificou os “profissionais” que faziam o livro chegar até o consumidor final.

No Brasil, à revelia da mão pesada das mais variadas ditaduras contra a literatura e a imprensa erótica, acordos informais permitiram a circulação da chamada “literatura de sensação” (Far, 2004; Candido, 2023). No que toca a este artigo, o desenvolvimento mercadológico da Grafipar Edições – fenômeno de venda das “revistinhas de sacanagem” na década de 1970 –, também se deve à atuação desses intermediários: os distribuidores

¹ Trabalho apresentado no **GP Comunicação, Alteridade e Diversidade**, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, professor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Email: zeca@ufpr.br

³ Jornalista, professor do Departamento de Comunicação da Unicentro, em Guarapuava, PR, e doutorando em Comunicação pelo PPGCom-UFPR. Email: andrejustusc@gmail.com

e donos de banca. Os títulos da editora eram comercializados debaixo da vigilância da Polícia Federal. Seus lugares não eram nas estantes, mas atrás dos balcões ou disfarçadas dentro dos jornalões, espaço conhecido do freguês. O que levava para casa oferecia sexualidade não convencional, nudez, pornografia, mas também políticas do corpo em meio à ausência de liberdade democrática.

Contextos

A Grafipar Edições se desenvolveu em Curitiba, a partir dos anos 1960. Mesmo fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, chegou a imprimir 1,5 milhão de exemplares de até 65 títulos de revistas eróticas, com linguagem de histórias em quadrinhos, fotonovelas e magazines. Destacavam-se no catálogo a HQ *Maria Erótica* e as revistas *Peteca*, *Ponto de Encontro* e *Rose*, sendo a última voltadas para o público homossexual (Fernandes, 2017). Os classificados amorosos movimentavam cerca de 1,5 mil missivas por mês, de escala nacional, formando um virtuoso material de “resposta social” (Braga, 2006).

A resistência democrática por meio da imprensa erótica é um terreno pantanoso. O erotismo e a pornografia eram instrumentos do regime militar: afirmavam o macho e seus direitos ao prazer; promoviam a submissão e objetificação da mulher. De modo que enquanto perseguia a imprensa alternativa – em especial, tabloides como *Movimento*, *Opinião* e *Pasquim* – a censura “liberava a boiada” para a pornochanchada e para a pornografia. Esse lugar confuso entre o permitido e não permitido tende a tornar pendular os estudos de imprensa e erotismo – e, por tabela, entender como se dava a circulação desses produtos.

Como são inócuas as pesquisas sobre os receptores da Grafipar Edições, cabe trabalhar o tema em analogia com a circulação expressiva de autoras pornôns como Cassandra Rios e Adelaide Carraro (Maués, 2016); com os estudos sobre o ápice de revistas para o público feminino, da Editora Abril (Scarzanella, 2016); e com a cartografia daqueles que estiveram próximos dos leitores da Grafipar, atendendo-os nas bancas de revista. Considere-se que as bancas eram “espaços negociados”, dada a probabilidade de serem invadidos por agentes da Polícia Federal; quando não, incendiadas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) (Gonçalo Jr., 2010; (Mira, 2003).

Deste modo, explora-se aqui que estratégias foram usadas pelos distribuidores de material erótico, fazendo com que os produtos da Grafipar chegassem ao consumidor final; qual era o perfil desse leitor que podia deixar perceber sua sexualidade (Quinalha,

2021; Cowan, 2014). Para recolher informações sobre o público da Grafipar foram ouvidas seis pessoas: o *publisher* da editora, um de seus editores, um distribuidor da época em que as revistas circulavam e três jornaleiros. O conjunto de informações ganha leitura nos moldes do que Barbosa (2020) chama de “desalinho”, antimétodo que se presta a consolidar uma pesquisa qualitativa (Gil, 2021), levando-se em conta se tratarem de narrativas de fontes diversificadas.

Considerações

Os resultados podem ser divididos em três estágios: 1) Há uma afirmação heroica da atuação dos distribuidores e donos de banca, uma vez que seus proprietários poderiam ser arrolados em processos junto à Polícia Federal (De Bem, 2024); 2) Entende-se que houve uma naturalização do comércio de revistas pornô: o aparelho da censura estava mais interessado em recolher e proibir os títulos da imprensa alternativa de caráter político (Guignone, 2024); 3) Cobertas por plásticos e colocadas em lugares pouco privilegiados das bancas, as revistas não pareciam representar um perigo, sendo um direito preservado entre o freguês, um homem, e o vendedor, outro homem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **Comunicação e método**: cenários e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: MauadX, 2020.

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

CANDIDO, A. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Todavia, 2023.

COWAN, B. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. IN: GREEN, J.N. QUINALHA, R. (orgs.) **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2014.

DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

DE BEM, G. **Entrevista** a José Carlos Fernandes. Curitiba, maio de 2024.

FAR, A. E. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FAR, A.E. **Páginas de sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

FERNANDES, J.C. **Desejos impressos**. Helena. Curitiba, set. 2017. Biblioteca Pública do Paraná, v. 6, p. 60-87.

GIL, A.C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Barueri (SP): Atlas, 2021.

GONÇALO JR. **Maria Erótica e o clamor do sexo**: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar 1964/1985. São Paulo: Peixe Grande/Editoractiva: Conrad, 2010.

GUIGNONE, F. **Entrevista** a José Carlos Fernandes. Curitiba, maio de 2024.

KHATIB, F. E. **De porta em porta em Nova York**. São Paulo: Senac, 2018.

MAUÉS, Flamarion. Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década de 1970. In: REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão**: seis estudos. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp, 2016.

MIRA, M.C. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho D'Água/Fapesp, 2003.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Cia das Letras, 2021.